

O naturalismo de Edmund Burke

Edmund Burke ocupa na história do pensamento político um papel canónico. Ele é consensualmente considerado o precursor do conservadorismo moderno.

Issos deve-se à mestria de Burke em ter articulado, contra a Revolução Francesa, um conjunto de princípios que não se limitaram apenas a finais do século XVIII. Noções de “prudência”, “natureza humana”, “preconceito” (que não deve ser entendido no sentido prosaico do termo) e tantos outros acabaram por sobreviver ao seu tempo e inspirar o trabalho de autores contemporâneos como Michael Oakeshott ou Roger Scruton, para citar apenas dois casos mais recentes.

Se esse papel de Burke como precursor do conservadorismo moderno parece incontornável na história das ideias, a verdade é que, como sucede com qualquer outro grande pensador, existe uma específica discussão sobre Burke que dura há duzentos anos. Há, por assim dizer, “o problema de Edmund Burke”, que podemos formular nos seguintes termos: como foi possível que o mesmo autor e parlamentar que apoiou a Revolução Americana tenha criticado, vinte anos depois, a Revolução Francesa? Claro que, para sermos rigorosos, Burke não *apoiou* a Revolução Americana: ele apenas a considerou inevitável (e, no limite dos limites, mais desejável do que uma guerra civil entre ingleses). Mas, seja como for, a pergunta mantém-se: será possível estar do lado dos colonos americanos contra Jorge III – e, vinte anos depois, estar do lado de Luís XVI contra os revolucionários parisienses?

Esta pergunta, no fundo, lida com uma questão teórica muitíssimo mais



POR
**João Pereira
Coutinho**

Professor no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa

complexa e que passa por saber se Burke era alguém que se limitava apenas a responder a problemas circunstanciais ou se era um homem de princípios duradouros e coerentes. E é neste dilema que se insere o livro de Ivone Moreira – um trabalho a todos os títulos corajoso e notável. Corajoso porque a autora resolveu entrar num debate secular entre aqueles que defendem um Burke “utilitarista” (o termo, aqui, não deve ser confundido com o utilitarismo ético de Bentham ou Stuart Mill); e um Burke “naturalista”, ou seja, alguém que participa de uma concepção universal de natureza humana onde se reflectem os princípios transtemporais e transespaciais da lei natural.

Ivone Moreira filia-se claramente na corrente naturalista e fá-lo apresentando a concepção de natureza humana que surge nos escritos de Burke. Como a própria autora escreve, “o conceito burkeano de natureza humana é plural: a natureza é una, num certo sentido, e múltiplo, noutra. A natureza é, a um tempo, universal, estável, e moralmente idêntica e, no plano cultural, particularmente determinada e singular nas suas manifestações”. E acrescenta:

O reconhecimento destas duas esferas, de universalidade e de particularidade, leva-o a admitir, por um lado, que a base moral do homem é idêntica e que tem aspectos que nunca mudam, e que a moralidade tem princípios fundamentais idênticos na Inglaterra ou na Índia e, por outro lado, que a diversidade de culturas opera sobre a natureza humana de tal modo que, ao nível mais superficial da sua manifestação, os homens marcados por diferentes culturas parecem ser espécies distintas.

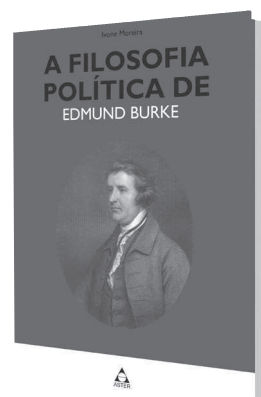
Eis o aspecto mais notável desta interpretação de Burke: a forma como a autora apresenta esta espécie de pêndulo conceptual entre universalidade e particularidade. Porque esse pêndulo – que passou despercebido durante muitas décadas a vários autores e eminentes estudiosos de Burke – confere ao pensamento de Burke um valor que o pensamento conservador infelizmente esqueceu muitas vezes – e sobretudo esqueceu-o no contexto do conservadorismo continental europeu: o valor do pluralismo. Que o mesmo é dizer: é possível defender uma concepção universal de natureza humana e, ao mesmo tempo, “aplicar os princípios da lei natural às circunstâncias concretas”.

Qual a importância de tudo isto? Creio que a importância é dupla. Em primeiro lugar, e num contexto puramente académico, o presente livro é um importante contributo para essa contenda entre “utilitaristas” e “naturalistas”, mostrando como é a base naturalista do pensamento de Burke que



permite os aspectos mais práticos do seu pensamento. A lei natural é a raiz, se quisermos; e é a partir dessa raiz que floresce a aplicação prática do pensamento político de Burke. Entender essa raiz e os seus ramos é um importante contributo para enfrentar a alegada contradição entre o Burke americano e o Burke francês.

Mas saindo de um contexto meramente académico, há um contributo que é aqui oferecido e que suplanta em muito as discussões entre naturalistas e utilitaristas. Hoje em dia, as nossas sociedades são confrontadas com dilemas morais (dilemas no interior dessas sociedades ou em comparação com sociedades distintas da nossa) e muitas vezes há uma



Ivone Moreira
A Filosofia política de Edmund Burke
 Editorial Aster

incapacidade de articular uma resposta perante esses dilemas. Para usar uma expressão cara aos estudiosos do pluralismo, as nossas sociedades muitas vezes caem em situações agónicas – são incapazes de decidir e de resolver dilemas morais porque são incapazes de decidir e resolver certas colisões de valores (valores incompatíveis e muitas vezes incomensuráveis). E porquê? Precisamente porque os valores são incomensuráveis, ou seja, não parece existir um standard de avaliação exterior que nos permita avaliar e criticar certos valores ou constelações de valores. Muitas vezes, quando nos confrontamos com certas práticas que são estranhas à nossa cultura (práticas como a lapidação de mulheres, a excisão feminina e tantas outras) parece que a única crítica que as sociedades ocidentais são capazes de fazer (partindo do pressuposto de que não caíram no niilismo absoluto e se abstêm de fazer qualquer crítica) é uma crítica circunstancial, relativa e relativista: podemos criticar essas práticas à luz das nossas práticas; mas respeitamos e toleramos esses costumes que são relativos a outras sociedades e culturas.

Pois bem, o que me parece importante sublinhar é que ao retomar o diálogo naturalista – ao defender a existência de uma natureza humana universal – Ivone Moreira pretende ir mais longe do que os estreitos horizontes relativos (e relativistas) das nossas sociedades. Os homens são universalmente tributários de uma dignidade básica, para além de todas as variações culturais.

Nesta época em que somos demasiado medrosos para defender essa dignidade básica, ler este livro é aprender, como o naturalista Burke diria, que tudo o que é preciso para o triunfo do mal é que os homens bons nada façam. ■



Há, por assim dizer, “o problema de Edmund Burke”, que podemos formular nos seguintes termos: como foi possível que o mesmo autor e parlamentar que apoiou a Revolução Americana tenha criticado, vinte anos depois, a Revolução Francesa?